A AMAZÔNIA BRASILEIRA EM FOCO

BIBLIOTECA ARTHUR REIS
MANAUS - AMAZONAS

A AMAZÔNIA BRASILEIRA EM FOCO

(Publicação n.º 3)

CNDDA

1969

Rio de Janeiro (GB)

BIBLIOTECA ARTHUR REIS
MANAUS - AMAZONAS

ÍNDICE

Introdução — Prof. Arthur Cezar Ferreira Reis 5

O Dia da Amazônia 7

Por Trás dos Acontecimentos 8

Amazônia Brasileira: Problemas de Subpovoamento — Geógrafa Catharina Vergolino Dias 9

Grande Oriente do Brasil — Mensagens ..... 26 — 29

O Código de Minas e a Defesa Nacional — Dr. Climério Rodrigues do Nascimento 33

Reflexões sôbre a Amazônia — Prof. Osório da Rocha Diniz 39

À Margem — Jornalista Rui Rocha 41

A Reconquista da Amazônia, Um Desafio aos Brasileiros — Jornalista Madalena Brasil 43

Problemática da Amazônia 46

"O Brasil quer viver em paz e amizade com tôdas as outras nações. Há de tratar igualmente bem a todos os estrangeiros, mas jamais consentirá que êles intervenham nos negócios internos do país. Se houver uma só nação que não queira sujeitar-se a esta condição, sentiremos muito, mas nem por isso nos havemos de humilhar ou submeter à sua vontade".

José Bonifácio de Andrada e Silva

Patriarca da Independência

1822

(Palavras a Mr. Chamberlain, Encarregado de Negócios da Inglaterra no Brasil)

COMISSÃO NACIONAL DE DEFESA E PELO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

Presidente-de-Honra

Professor Arthur Cezar Ferreira Reis

Presidente — General Tácito Lívio Reis de Freitas

Sede Provisória: Avenida 13 de maio n.º 13, Grupo 1202
(Clube Positivista) — Rio de Janeiro (GB)

INTRODUÇÃO

Arthur Cezar Ferreira Reis

A Amazônia é hoje assunto que despertou o interêsse e não mais a simples curiosidade dos brasileiros. Está, positivamente, encerrada a fase do exótico, a provocar curiosidade e o comentário, jocoso ou não, em tôrno aos aspectos que mais despertavam aquela curiosidade — a floresta provocadora, compacta, espêssa; o rio imenso, espécie de mar de águas doces, de que nos orgulhávamos como detentores daquele detalhe fisiográfico, sem símile, realmente, no mundo. Essa fase, insistamos, está encerrada. O que hoje ocorre é o movimento de interêsse, o estado de consciência a respeito da região, pelo que ela possui de real, de efetivo em têrmos de potencialidades em desenvolvimento continuado, para o crescimento e a segurança do país, e pela necessidade urgente de, preservando-a, integrá-la, não apenas como área disponível para o futuro, mas como área onde exercer-se, sem mais demora, com os atos insofismáveis de soberania política, um domínio, em profundidade, que se realize com ocupação planejada e exploração também planejada do quanto ali se guarda para o desenvolvimento nacional.

Êsse estado de consciência é uma esplêndida realidade. Envolve tôdas as camadas, inclusive o Poder Público, atento, hoje, ao que ocorre e ao que é preciso efetuar, sem delongas e com objetividade.

Nesta publicação, o grupo de brasileiros, que se organizou para promover a divulgação da Amazônia em suas grandes linhas características, propondo-a à responsabilidade nacional, que não deve nunca ignorar os perigos a que está sujeita, face à ousadia de estranhos, à ingenuidade ou ao desregramento de nacionais, que fingem não se aperceber do que significam aquêles perigos, prossegue no esfôrço meditado e revestido da maior pulsação cívica, que não significa patriotada ou xenofobia primária. Os estudos e o noticiário que aqui se divulgam não representam um estado de ânimo hostil a quem quer que seja. O pensamento de José Bonifácio, que serve de cobertura a esta publicação, é o pensamento que serve aos integrantes da cruzada, registre-se sem cessar, cruzada de que é hoje parte decisiva o próprio govêrno brasileiro.

---

* Historiador. Sociólogo. Professor Universitário. Ex-Governador do Amazonas. Presidente do Conselho Federal de Cultura (MEC). Presidente-de-Honra da Comissão Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia.

O DIA DA AMAZÔNIA

"Aos Inspetores Regionais e Diretores de estabelecimentos oficiais de ensino médio.
O Chefe do Ensino Secundário e Normal, atendendo ao espírito cívico da Lei n.º 10.113-68, que instituiu o Dia da Amazônia, a ser comemorado a 5 de setembro de cada ano, recomenda às autoridades em epígrafe que tais solenidades, além do cunho patriótico que deve caracterizá-las, sejam centro de interêsse das atividades escolares da referida data."

(Diário Oficial do Estado de São Paulo de 22 de agôsto de 1969)

POR TRÁS DOS ACONTECIMENTOS

1) — *Herman Kahn processado pelo Congresso americano como charlatão.*

No Brasil ainda não se perdeu a velha mania de dar importância a qualquer estrangeiro que por aqui se apresente com um título qualquer e que aqui seja lançado com o aval de brasileiros interessados. Êsse é o caso, por exemplo, do Sr. Herman Kahn, que previu, para o Brasil, uma posição de maior atraso, ainda, no ano 2.000 e que propôs a criação do célebre lago artificial na Amazônia. Vejamos o que está acontecendo nos Estados Unidos ao Sr. Kahn.

Enquanto, no Brasil, Herman Kahn, do Instituto Hudson, avalizado pelo Sr. Roberto Campos com um belíssimo prefácio a seu livro antibrasileiro e estatìsticamente incorreto, nos Estados Unidos lhe sucedeu apenas o seguinte: o Congresso americano encarregou-o e a sua equipe de realizar uma projeção sôbre determinado tema. Kahn contratou os serviços por um preço elevadíssimo. O estudo foi feito. Mas os congressistas americanos, logo que o tiveram em mãos, o analisaram e concluíram que se tratava de grosseiro charlatanismo. O estudo se baseava em dados e apreciações inteiramente fora da realidade. Em conseqüência, o Congresso, nesse momento, processa o Sr. Kahn, visando dêle obter a devolução do dinheiro que pagou. No Brasil, Kahn continua a ser citado nas colunas como grande autoridade em "futurologia", a mais moderna vigarice dêste século.

(Transcrito do "Relatório Reservado", n.º 147, página 7, 10 a 16 de abril de 1969, Rio).

AMAZÔNIA BRASILEIRA: PROBLEMAS DE SUBPOVOAMENTO

Catharina Vergolino Dias *

A Região Norte produz 98% de juta, 93% de malva, 93% de pimenta-do-reino de todo o país. Para produtos de extrativismo vegetal, também a superioridade amazônica é esmagadora — 91% de borracha, 99% de castanha-do-pará, 100% de gomas não-elásticas.

Entretanto, se analisarmos o valor conjunto da produção brasileira, verificamos que a participação da Região Norte é ínfima: 1,02% de agricultura, 16% do extrativismo mineral, 27% de extrativismo vegetal. Quanto aos bovinos, 1,7% é a contribuição da Amazônia ao rebanho brasileiro.

Explicar as razões dêstes dados é abordar a Região Norte sob outros prismas, do que comumente se faz. Isto é, os problemas do subpovoamento. Porque falar em Amazônia Brasileira é procurar esquematizar as características e problemas da região mais subpovoada dos Trópicos Úmidos do mundo: 0,9 hab/km² é a densidade demográfica regional, enquanto que, na bacia do Congo, a República Congolesa conta com 2,4 hab/km² e a República do Gabon, 1,68 hab/km². [1]

Entretanto, na Região Norte do país vivem 3.295.000 brasileiros, de acôrdo com as estimativas feitas pela Fundação IBGE para 1968 [2]. É uma terra habitável e habitada. Merece, portanto, nossa atenção. Tanto mais que a Amazônia encerra a maior área de reservas de matérias-primas do mundo; tanto mais que, embora pertencendo ao Brasil, grande parte dos brasileiros a desconhece; tanto mais que, estudos referentes a ela estão, em regra, eivados de interpretações falsas e generalizações apressadas.

Para muitos, a Região Norte continua sendo apenas a terra de um passado rico e de alucinações perdulárias — o ciclo da borracha. E deixando de lado o *slogan* "pátria da hévea"... nada mais podem explicar. Para outros, ela é o mundo ideal do aventureirismo econômico, técnico e intelectual. A idéia de "enricar"

---

* Doutora em Geografia Tropical.

1) SAUTTER, Giles: "De l'Atlantique au Fleuve Congo" — Une géographie du souspeuplement, Mouton, Paris, 1966, 2 vol. 1.º volume.

2) ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL — 1968 — Fundação IBGE: pág. 43

rápido e voltar domina muitos dos que para ela se dirigem. E ainda há aquêles para quem ir para lá, significa o mais negro dos exílios.

Para nós, a Amazônia é um verdadeiro desafio ao Brasil. As tentativas de planejamento realizadas pelo govêrno da União têm conhecido a falência, diluindo assim o esfôrço de uma geração, alimentando o pessimismo dos fracos e a conveniência dos apátridas. Compreende-se: sem o conhecimento da realidade amazônica, do homem que lá vive, nada se pode fazer de concreto e positivo.

Abordar os problemas do subpovoamento é primeiramente conhecer o *Mundo do Rio*. É o palco onde a humanidade cabocla representa, a cada dia, o drama da sobrevivência. Sim, lá não se trata mais de viver; luta-se por sobreviver.

3.581.180 km², ou seja 42,07% do território brasileiro, ainda considerados por muitos como uma infinita planície encharcada, sempre suscetível de ser invadida pelas águas. Esta foi a impressão deixada pelos viajantes que só conheceram a planície inundável. E as expressões, "terra imatura", "mundo em formação", "1.ª Página do Gênese" se divulgaram e são proferidas, ainda hoje, por pessoas altamente eruditas.

Nada mais falso:

A planície amazônica — a várzea — ocupa uma área, calculada por Camargo, em 1953 (3), de aproximadamente 64.400 km², isto é, 1,5% da superfície regional.

As características dominantes do relêvo são de baixos tabuleiros sedimentares, que descem escalonadamente até a calha do rio. Êstes terrenos do Quaternário Antigo e do Terciário, formam as *terras-firmes*, isto é, áreas nunca invadidas pelas águas, mesmo nas cheias excepcionais. Completam o quadro das terras-firmes os sedimentos paleozóicos, que se acumulam no imenso sinclinal da depressão dos planaltos Brasileiro e Guianense.

O planalto brasileiro, ao sul, eleva-se gradativamente em direção a Brasília e ao centro de Minas Gerais. Ao norte, no Planalto das Guianas, quase totalmente cristalino, localizam-se pontos culminantes do relêvo brasileiro: os picos da Neblina (3.014 metros de altitude), de "31 de Março" (2.992 metros de altitude) e o Monte Rorãima (2.875 metros de altitude); os três em nossa fronteira com a Venezuela.

Apesar de seu fraco declive em direção ao baixo planalto, o escudo cristalino, em contacto com os terrenos sedimentares, determina uma série de rápidos e corredeiras no curso dos rios. Disto resultaram conseqüências precisas sôbre a navegabilidade da rêde hidrográfica.

Esqueçamos, portanto, de uma vez, a idéia tão difundida de uma Amazônia pantanosa, instável, em vias de edificação. A planície existe, é claro! mas ocupando área muito pequena em relação ao conjunto regional.

---

3) CAMARGO, Felisberto, 1953 — "Conquista das Várzeas Amazônicas." Mimeografado. Belém. 29 páginas. pp. 2 e 3.

Localizada entre 5º de latitude norte e 14º de latitude sul, o clima é equatorial úmido. Temperaturas médias acima de 25ºC, com amplitudes térmicas anuais inferiores a 2ºC, siginificariam constância absoluta de calor. Não esqueçamos que a Amazônia está em plena zona equatorial. Esta uniformidade térmica é ilusória, porque se exprime através das médias. Há a variação térmica diurna — 9º,6C em Belém, 8º,7 em Manaus, 13º,5C em Sena Madureira. Acrescentemos, ainda, que as mínimas absolutas encontram sua maior expressão no sudoeste amazônico decorrente do fenômeno da *friagem*.

A umidade relativa é elevada, sempre acima de 80%. Elevados também são os totais anuais pluviométricos — 1.955 mm em Manaus, 2.804 mm em Belém, 3.264 mm em Clevelândia (norte do Amapá), 3.496 mm em Taracuá (no alto rio Negro). Em Óbidos 1.500 mm.

Totais anuais pluviométricos sempre elevados dão uma falsa impressão de homogeneidade. E tanto ela não existe, que o regime de distribuição das chuvas é a base do conceito popular das estações do ano: o *inverno* é a estação chuvosa, o *verão*, o período sêco.

Deixemos de lado qualquer classificação climática, estabelecida a "priori", e procuremos esquematizar as épocas de menor pluviosidade. Essa fase do ano e sua duração, são elementos que comandam tôda a vida regional; daí o interêsse dêste dado para nós, que procuramos qualificar o espaço amazônico como habitável. O clima amazônico, embora equatorial úmido, se caracteriza, pois, pela generalização de um *período sêco*, cuja duração vai de 1 a 5 meses. Apenas no noroeste da região, êle realmente não existe, ou seja, *grosso modo*, em 7% de sua superfície.

A mais vasta floresta intertropical do mundo cobre a Região Norte. Vista de avião, a mata dá uma vertiginosa sensação de continuidade, como uma infinita couve-flor, nos mais variados tons de verde. Para quem a percorre, ela não é nem homogênea, nem contínua.

Os caboclos sempre fizeram a distinção entre matas de igapós, de várzea e de terra-firme. A fitogeografia regional é mal conhecida e os trabalhos existentes são poucos e esparsos. O que espanta é a imensa variedade de espécies. Sua dispersão é seguidamente invocada como responsável pelas dificuldades ou inviabilidade de uma exploração com bases econômicas. Opinamos que esta dispersão é relativa e o conceito clássico deve ser revisto.

A floresta forneceu e ainda fornece produtos de alto valor nos mercados. Ela atraiu a conquista e o povoamento; ela é a base de uma economia mercantil, especulativa e de rendimento aleatório. Ela sempre foi concorrente da agricultura.

Interrompem a mata amazônica manchas de campos naturais, relativamente pequenas. Umas, são campos de terra-firme — as do rio Branco, em Rorãima; os de Puciari-Humaitá (no Amazonas), os do Baixo Amazonas (no Pará) e, em parte, os do Amapá. Os

mais importantes campos de várzea são os do Marajó, do Amapá (parcialmente), do Baixo Amazonas e do Jamundá. Estas áreas campestres têm grande significação, pois foram e são aproveitadas por uma tradicional criação de gado.

Dos solos pouco se conhece. O vigor da floresta levou os primeiros naturalistas que percorreram a região a afirmar uma prodigiosa fertilidade dos solos amazônicos. Depois veio o desencanto. Por tôda parte se via o encouraçamento laterítico. Afirmou-se, mesmo, que os colonos japonêses de Tomé Açu (Pará) cultivavam com sucesso a pimenta-do-reino em plena carapaça de canga. Entre 1947 e 1956, tôdas as referências à pedologia da Amazônia eram um cântico patético à "lepra dos solos" (a laterita).

As duas atitudes são extremas, pecando por generalização excessiva e rápida. Pesquisas realizadas pelos técnicos do IPEAN, a partir de 1956, vêm estabelecendo a heterogeneidade dos solos na Região Norte. Há solos concrecionários, mas os que predominam são os latossolos, de fertilidade natural média ou baixa.

A rêde hidrográfica é um elemento determinante do espaço amazônico. Ela se qualifica de maneira tôda especial e lhe confere sua originalidade. Estamos em presença de um *espaço fluvial* que se pode dizer único no mundo.

Não se pode ficar indiferente ao espetáculo grandioso do sistema formado pelo Amazonas, seus afluentes, sub-afluentes, igarapés, paranás, furos... sem falar nas lagoas e lagos. A impressão ganha em intensidade se percorremos a região de barco. Não importa que grande afluente do Amazonas, pode-se compará-lo aos grandes rios do mundo. O próprio Amazonas deixa-nos imaginar que estamos em um mar. É dizer que se impõe à nossa idéia de um espaço fluvial, onde o Homem não tem lugar senão de maneira transitória e logo apagada.

Entretanto, a humanidade cabocla que se instalou neste espaço fluvial estabeleceu um certo equilíbrio homem-água. Ela o utiliza e lhe é subordinada. Ela aí se adapta e dela tira proveito. Vence certas oposições, pelo menos as que estão em seu alcance. Ela habita êste mundo de água.

A imensa rêde hidrográfica faz da Amazônia um espaço original. Melhor... faz dela um espaço habitável, porque ela o abre à penetração capilar do homem. Êste entrou na Amazônia no sentido Este-Oeste, da embocadura oceânica ao menor igarapé. As possibilidades de navegação, em parte, concorrem para explicar a distribuição da população e a localização das cidades.

O grande-rio e seus afluentes criaram uma paisagem natural diferenciada — as *várzeas* e *as terras-firmes*. Nas várzeas... renovando a fertilidade pelas cheias ou provocando sua destruição — as *terras-caídas* —, destruindo sem piedade os frutos dos esforços elaborados durante anos! Ricos em peixes, nutrem o caboclo. É dêste espaço fluvial, portanto, que êle recebe a vida, a mobilidade e a liberdade.

Tanto assim que, apresentando a Amazônia condições naturais bem precisas, o geógrafo escolheu, para definí-la e delimitá-la, a vegetação. Mas... o caboclo? Qual dêstes elementos do quadro natural reteve êle para definir sua região?

Não foi a dupla terra-firme — várzea que estrutura tão bem a paisagem familiar; não foi o clima, quente, úmido e chuvoso; não foi a predominância dos solos pobres da terra-firme sôbre estreitas faixas dos solos férteis das várzeas; nem mesmo a floresta, que cobre o território da Amazônia com seu manto opressivo, que atraiu o povoamento e nutre ainda hoje a nostalgia e a esperança dos homens.

Para o caboclo, o que existe é o *rio*. É o rio que é bom ou mau. Doente ou sadio, pobre ou rico. É o rio que marca os acontecimentos de sua vida — "nasci no Juruá", "casei-me no Madeira!".

Por que esta conceituação? Porque o eixo econômico da Amazônia se desenvolveu em tôrno do rio; porque a rêde hidrográfica permitiu a exploração da floresta; porque nas margens dos rios se instalaram as comunidades rurais, as cidades; porque os cursos d'água foram durante séculos a única rêde de comunicações.

Tudo gira, portanto, em tôrno do Rio!

Eis por que quaisquer que sejam as dimensões naturais da Amazônia, nós a consideramos um *espaço fluvial*. Um espaço fluvial habitado pelo homem; mas... um espaço fluvial subpovoado.

As condições naturais não explicam o subpovoamento da Amazônia.

Quem primeiro buscou justificar as razões do subpovoamento da Região Norte foi o geógrafo francês Pierre Gourou, em 1948 [4], atribuindo-o a uma *mentalidade de coleta vegetal*. E tal interpretação foi e é aceita pelos geógrafos do mundo inteiro e transcrita por técnicos brasileiros.

Para nós, tal interpretação é incoerente e contraditória. Primeiro, porque na Geografia Contemporânea nada explicamos através de *mentalidades*; segundo, porque foi justamente no apogeu do que Gourou classificou de mentalidade da coleta — o ciclo da borracha — que a Amazônia foi alvo de um *rush* de povoamento.

A nosso ver, as causas do subpovoamento da Amazônia residem na valorização colonial e mercantil da região ou mais exatamente em uma valorização que se deve levar em conta na evolução econômica do Brasil.

Por isto, consideramos a existência de duas Amazônias: uma *tradicional*, que evoluiu à margem de todo o contexto brasileiro. Outra, em *vias de transformação*, na qual tôda uma geração se empenha para integrá-la ao Brasil.

III — *A Amazônia tradicional* — é o fruto da colonização portuguêsa e do ciclo da borracha — 350 anos de uma pesada herança! completamente desligado da evolução econômica brasileira.

4) P. GOUROU: "Les Pays tropicaux" .4ème édition. Coll. Pays d'Outre Mer. Paris, 1966, p. 271.

Assim, no século XVII, o eixo econômico do Brasil se encontrava no Nordeste açucareiro. A caça ao índio se desenvolveu em função da necessidade de mão-de-obra para engenhos e canaviais. A importação de escravos africanos veio trazer uma solução mais adequada ao problema e permitir a expansão da cultura canavieira. A própria conquista da embocadura do Amazonas teve por finalidade primeira proteger as exportações do Nordeste açucareiro da ação da pirataria, seja de franceses, seja de inglêses, seja de holandeses. A coleta das drogas do sertão no extremo norte da colônia lusitana não exigia mão-de-obra além da indígena, cobria as despesas da Coroa e lhe fornecia as matérias-primas, substituindo especiarias do Império asiático português, recém-perdido para a Inglaterra.

No século XVIII, a Colônia do Brasil sustentava Portugal através da exploração das minas de ouro. O centro econômico de nosso país se deslocava para as Minas Gerais. A imigração lusitana atingiu então seu apogeu, assim como ascendia a importação de africanos.

Na Amazônia, o Govêrno de Pombal se preocupava em expandir e fortificar as fronteiras, e desenvolver a agricultura das "drogas do sertão". Êste empreendimento agrícola — e primeiro planejamento da Amazônia —, encontrou um obstáculo à sua realização na deficiência da mão-de-obra.

E o extremo norte continuou subpovoado, pobre, sub-explorado, porque estava afastado e isolado; e de tal maneira à margem do Brasil, que passou a constituir um estado à parte, ligado diretamente a Lisboa — o Estado do Grão-Pará e do Maranhão!

A dominação portuguêsa dava ao Brasil um imenso espaço territorial (possível pela fraqueza da Espanha), uma região a ocupar e a explorar. Não apenas isto! Mas, também, uma unidade de língua, um arcabouço de rêde urbana, tendo como centro Belém e como eixo econômico o Amazonas. Se o eixo da região era o Amazonas, isto significava: afastado do Brasil.

Tal característica foi aprofundada pela política de abandono realizada pelo Govêrno Imperial. O imenso espaço não fornecia ao Brasil pràticamente nada! e... foi esquecido! Olhou-se para êle, sobretudo em 1822-1823, por causa da reação regional em não reconhecer a independência! Ignorava-se, portanto, que a causa residia no fato de ter a Amazônia dependido sempre de Lisboa, sem qualquer vínculo com o Estado do Brasil.

Na segunda metade do século XIX, o brusco desenvolvimento da coleta da borracha parecia dar enfim a grande oportunidade à região. Mas... os governos Imperial e Republicano deixaram desenvolver-se o ciclo da borracha sem ensaiar e promover, pelo menos, uma política adequada. O povoamento, em particular, se realizou sem plano, sem ajuda. foram os preços altos da goma elástica nos mercados internacionais, a crise na economia algodoeira do Maranhão e as sêcas catastróficas do Nordeste que o determinaram.

Mesmo em seu apogeu, a coleta da borracha não pôde concorrer com a cultura cafeeira, que ganhava progressivamente as terras roxas de São Paulo e que atraía irresistìvelmente, para êle, o centro econômico do país.

A Amazônia da borracha sedimentava a organização tradicional pela ampliação da área povoada — os vales do Purus, de Juruá, do Javari e a conquista do Acre; pela afirmação do ciclo das drogas do sertão, agora concentrado em um só produto — a borracha; pela ampliação do domínio tentacular da cidade de Belém; pela afirmação do *espaço fluvial* que é a Amazônia, pois a rêde hidrográfica foi ainda o único meio de penetração regional; pelo desligamento mais profundo da Amazônia em relação ao Brasil, econômicamente prêsa à Inglaterra e aos Estados Unidos e, culturalmente, à França.

Para o Brasil, a Amazônia continuava a ser um mundo exótico e de desperdício da classe dominante. Para o mundo — uma área inesgotável de matérias-primas, fácil de ser *ocupada* e explorada, devido ao subpovoamento regional e pela não-conscientização do Brasil em relação ao seu valor.

Marginalizada ainda de nosso país e por êle ignorada, mergulhou na crise sócio-econômica, entre 1920-1940, devido ao colapso da borracha! Enquanto isso, o ciclo cafeeiro, a industrialização de São Paulo, o desenvolvimento de Belo Horizonte e da zona ferrífera, a expansão das rêdes ferroviárias e rodoviárias, a ampliação dos portos de Santos e do Rio de Janeiro, confirmavam definitivamente a supremacia econômica do Sudeste brasileiro.

Aprofundaram-se os problemas do subpovoamento. A população da Amazônia, que vinha em um crescendo desde 1872, tornou-se uma *área em depressão.*

Vejamos:

Ano	*População*	*Taxa Geométrica de crescimento*
1872	332.847	
1890	476.370	20/1.000
1900	695.112	19/1.000
1920	1.439.052	37/1.000
1940	1.462.420	1/1.000

Ora, entre 1920 e 1940, a taxa geométrica de crescimento demográfico da Região Norte foi apenas de 1/1.000, inferior portanto à do próprio crescimento vegetativo da população. A Amazônia foi, portanto, nesse período, uma área de repulsão.

A emigração das áreas de extrativismo da goma elástica se realizou em massa. Pouco importa para onde se dirigissem; o importante era sobreviver. Fizeram conhecer, ao Brasil e ao mundo,

as bases em que se realizava a exploração da borracha: no isolamento, na miséria, na sub-alimentação, na exploração do homem pelo homem. Tudo isto foi cantado em prosa e verso. E a Amazônia passou a ser conhecida como um *Inferno Verde.*

Neste período de 1920-1940, nem uma retomada da agricultura, nem a venda para o exterior da castanha-do-pará, da sôrva, da balata, da coquirana, das madeiras foram suficientes para tirar a região da crise sócio-econômica em que ela mergulhara. Não se tratava apenas de uma depressão nas áreas de extração de borracha; mas de uma crise muito mais profunda, porque, suprimindo todo o esteio econômico regional, transformou-se a Amazônia em uma área de expulsão do elemento humano. A própria tentativa de formação de uma *plantation* de hévea — a Belterra, no baixo Tapajós — foi um revés econômico.

A Amazônia começou a reagir por si própria: a formação da "Plantation" de Belterra demonstrava que havia possibilidade de heveacultura; a orientação agro-pastoril dos paranás Careiro-Cambixo concretizava a utilização da terra em pequenas propriedades; a colonização agrícola japonêsa em Tomé Açu (Pará) anulava o conceito da impossibilidade de uma colonização agrícola, com sucesso, em plena zona equatorial; a introdução do cultivo da juta e da pimeita-do-reino valorizava a agricultura das várzeas e das terras-firmes; a transformação dos seringais do Acre em zonas agro-pastoris era um atestado da possibilidade de uma utilização mais racional das áreas de extrativismo vegetal.

Mas, a Amazônia continuava a ser um imenso espaço isolado, cercada de fronteiras mortas, que não exerciam pràticamente nenhuma ação periférica. Do lado norte, nada vinha. Os campos do Rio Branco constituem um "fim de mundo" abertos para a Guiana, por um medíocre contrabando de gado, e ligados ao eixo econômico regional por um rio navegável apenas no inverno. Do lado sul, outra imensa região subpovoada separa a Amazônia do Sudeste brasileiro.

Êste isolamento geográfico foi acentuado pela situação política de menor importância, na qual a região sempre ficou e ainda está, no quadro brasileiro.

IV — *A Amazônia em vias de transformação*:

A partir, sobretudo, da Segunda Guerra Mundial, começou um soerguimento lento que prossegue até nossos dias. É o que chamamos *Amazônia em vias de transformação.* Ela deixa de ser *extra-brasileira;* a abertura de eixos rodoviários — a Pará-Maranhão, a Belém-Brasília e a Brasília-Acre, a unem diretamente às demais regiões do país.

Esta quebra no isolamento espacial da Região Norte se reflete em uma retomada no crescimento demográfico. Assim, vimos que no período 1920-1940, a taxa geométrica de crescimento da popu-

lação foi de apenas 1/1.000; entre 1940-1950, ascendia a 23/1.000, e entre 1950-1960 atingia a 34/1.000.

Entretanto, mesmo com os aumentos de população verificados nestes 20 anos, a Região Norte continuou a se caracterizar pelo subpovoamento. Não negamos, pois, a afirmativa de GOUROU ao considerá-la um vazio demográfico. Mas... se considerarmos o seu grande conjunto, uma vez que a população amazônica não se encontra diluída no imenso território que constitui o extremo norte do país.

Estamos em face de duas características: uma área anecumênica, que não é pequena, pois corresponde aproximadamente a 72,5% da superfície da Amazônia. Localiza-se na área dos interflúvios e na periferia norte, noroeste e oeste da região. Isto significa que a fronteira política, ainda hoje, fica muito além da fronteira econômica.

A área que é habitada resulta dos diversos ciclos econômicos porque tem passado a região e que foram os responsáveis pela atração do elemento humano. Ela se sobrepõe, portanto, ao desenho da rêde hidrográfica e à repartição da ocorrência da *Hévea brasiliensis*. Daí, uma *ocupação linear*, ao longo dos rios.

Partindo desta característica, notamos uma heterogeneidade neste ecúmeno: 1.º) Os afluentes da margem esquerda não menos povoados que os da margem direita; 2.º) Os afluentes da margem direita possuem uma ocupação heterogênea — Juruá, Purus, Madeira são povoados em todo seu curso. Tapajós e Xingu são pràticamente vazios nos cursos médio e superior; 3.º) O grande vale do Amazonas é muito mais habitado que qualquer dos eixos transversais — 60% da população rural do estado do Amazonas nêle se localizam; 4.º) No próprio rio Amazonas não encontramos uma homogeneidade: o trecho Anori-Monte Alegre é mais densamente ocupado. Tal característica se prende a vários fatôres: maior número de núcleos urbanos (importantes portos); maior extensão e continuidade de várzeas, com numerosas ilhas e paranás, que facilitam a instalação de comunidades rurais; jutais e pastos substituindo velhos e anti-econômicos cacauais; colônias agrícolas em terra-firme e terrenos paleozóicos com intrusões de rochas basálticas, cuja fertilidade dos solos delas provenientes todos conhecem; 5.º) O que realmente impressiona é a população rural que se adensa da embocadura para leste: 48% da população rural da Amazônia... a justificativa é uma só: a presença de Belém, metrópole regional.

A nosso ver, importante é buscar as densidades demográficas em relação às áreas que são povoadas, isto é, as densidades corrigidas, considerando-se apenas o número de habitantes/km² habitado.

Se assim o fizermos, a densidade da população rural da Amazônia é de 1,6 hab./km² habitado.

A análise do mapa de densidades rurais corrigidas nos dá, por outro lado, uma possibilidade maior para caracterizar o ecúmeno

amazônico: não há apenas baixas densidades rurais. Elas se distribuem em uma gama que vai de 1 habitante a 60 habitantes por km² habitado.

Entretanto, a importância de um estudo de população para uma política de planejamento regional não deve limitar-se aos aspectos focalizados. Necessário é descermos a certos detalhes, procurando caracterizar as áreas habitadas e as limitações que encontramos para uma regionalização na Amazônia.

A área ecumênica da Região Norte apresenta uma série de problemas, responsáveis por tôda uma modificação na estrutura sócio-econômica regional.

1.º) As taxas de crescimento demográfico foram sensíveis sobretudo nas capitais;

2.º) A crise sócio-econômico no mundo rural amazônico ainda é profunda, tanto assim que, se compararmos os recenseamentos de 1950 e 1960, notamos:

a) Municípios que apresentaram um decréscimo de população rural;
b) Municípios cujo aumento demográfico foi inferior a 28% (média regional).
c) Municípios em que o crescimento da população rural foi superior a 28%.

As duas primeiras categorias de municípios (71% da superfície da Amazônia) constituem áreas de êxodo da população rural. As áreas de atração para o elemento humano são as de cultivo da juta, da malva, da pimeita-do-reino e as regiões de mata rasgadas por rodovias.

3.º) A extrema mobilidade do homem rural da Amazônia. O caboclo é, sobretudo, um desenraizado: o seringueiro do Acre, o garimpeiro de cassiterita em Rondônia, de ouro no Tapajós, de ouro e diamante no Rorãima, o juteiro das várzeas do Amazonas, e os caboclos que impelem as frentes pioneiras da Pará-Maranhão, da Belém-Brasília e da Brasília-Acre.

Do desenraizamento ao nomadismo a fronteira é ràpidamente ultrapassada. Por que o caboclo da Amazônia é desenraizado?

Primeiro, porque o caboclo é o *homem-do-rio*. A própria humanização da floresta passa pelo rio e êste é sem limite para o caboclo. Nada na Amazônia lembra uma organização espacial precisa de certos rios tropicais. Esta liberdade fluvial autoriza a fluidez humana que um conjunto de incitações econômicas arrasta consigo.

Estas incitações econômicas se exercem em uma organização latifundiária pouco propícia à sedentarização. E o caboclo tem um patrão que o escraviza através do sistema de aviamento. E que dizer dos caboclos que não têm nem terra nem patrão e cuja existência consiste em percorrer um certo itinerário de latifúndio, na época das safras? Seringueiro no "fábrico" da borracha, castanheiro

no período da safra da castanha-do-pará, garimpeiro na época da extração da cassiterita, juteiro na época de corte da juta ou colono dos japonêses na colheita da pimenta-do-reino.

Salientando que o sistema latifundiário não facilita uma organização humana, precisa, base do modêlo *"região-paisagens"*, não o generalizamos para tôda a Amazônia.

A dimensão das propriedades não é a única causa. Um exemplo: as grandes fazendas do Marajó se esfacelam, dia a dia, através do sistema da partilha sucessória. E a pecuária extensiva e submetida à transumância do gado no inverno com a propriedade reduzida, torna-se uma atividade anti-econômica, libera mão-de-obra, que ganha as minas de manganês do Amapá.

Outro exemplo: a leste da cidade de Belém, a região ao norte do vale do Guamá, ocupada através de uma política de planejamento agrícola, à base de pequenas propriedades, não conseguiu enraizar o caboclo. As únicas regiões que não se esvaziam são aquelas onde a burguesia de Belém instala sítios, fornecedores de frutos, carvão vegetal, farinha de mandioca e pimeita-do-reino para a capital do Pará. Êstes sitiantes são remunerados por um salário fixo. Êste sistema de relações de trabalho criou condições de segurança, em oposição ao sistema de aviamento, que encarcerava o caboclo em uma dívida progressiva, da qual a única solução é a fuga. As responsabilidades do sistema de aviamento na fluidez do amazônida são concretas.

E há os caboclos vencidos... que abandonam definitivamente o mundo rural e vão engrossar a população marginal, sobretudo de Belém e de Manaus, onde uma tímida industrialização não é capaz de absorver tôda esta mão-de-obra. E a prostituição, a mendicância, os assaltos, os roubos, crescem dia a dia.

Quanto à própria natureza das incitações econômicas às quais a Amazônia foi submetida, é pouco favorável à criação de regiões geográficas. A economia de coleta não exclui obrigatòriamente uma certa regionalização, contanto que haja, naturalmente, ou por ação do homem, um povoamento vegetal denso. Sabemos, por outro lado, que estas identificações regionais baseadas sôbre um produto de coleta se esvanece quando o ciclo especulativo que o causou cessa.

Todavia, todos êstes fatos gerais enquadraram um esquema de regionalização que, comumente, na Amazônia, se apresenta seguindo uma trilogia:

a) uma região de drenagem, cuja exploração depende do mercado extra-regional;
b) uma cidade que comanda a organização desta drenagem, servindo de intermediária com o mercado de venda, cidade cuja população vive direta ou indiretamente desta comercialização;
c) um anel suburbano de abastecimento.

A organização espacial assim realizada admite de fato uma necessária desproporção entre os dois tipos: o anel suburbano de

abastecimento é necessàriamente limitado pela medíocre capacidade de consumo de uma população urbana de baixo nível de vida. Espaço de drenagem necessàriamente imenso porque sua exploração é extensiva.

Êste esquema geral de articulação espacial é um reflexo da diversidade econômica da Amazônia, diversidade que esquemàticamente cartografamos. Permite-nos entrever espaços econômicos diferenciados, isto é, regiões em embrião.

Isto porque estamos em uma Amazônia em vias de transformação. Ela deixa de ser uma região de predominância de extrativismo vegetal. Comparando-se os valores dos diversos ramos da produção da Região Norte, em 1967, temos:

Valor da produção agrícola: NCr$ 88.021.598,00 ou seja 52% de valor da produção total. Enquanto isto, o extrativismo vegetal participava com 29% (NCr$ 48.261.309,00) e o extrativismo mineral com 19% (NCr$ 32.998.000,00).

O recenseamento de 1950 já acusava que 55,4% da população ativa da Amazônia se dedicavam a atividades agro-pastoris, enquanto que no extrativismo apenas 19,1%.

Tomando-se por base a repartição das diversas áreas de densidade demográfica, os respectivos valores da produção, as áreas em depressão e o nosso conhecimento direto da Região Norte, esquematizamos as regiões em embrião lá existentes:

1) *Regiões onde há predominância do extrativismo vegetal*: borracha, castanha-do-pará, sôrva, balata, coquirana, madeira, piaçava... — os médios vales do Juruá, do Purus, do Madeira, médio Tocantins (Baião e Tucuri), vale inferior do Araguaia, baixo Javari, Mamoré, alto e médio rio Negro. Ocupam estas regiões a maior área da Amazônia, mas são regiões em que prevalecem baixas densidades demográficas, e áreas em depressão. O êxodo rural constante diminui a mão-de-obra qualificada e disponível e torna a coleta vegetal mais instável ainda. Justifica-se porque, entre — 1965 e 1967, a produção de borracha do estado do Amazonas sofreu uma queda de mais de 7.000 toneladas... Logo a área anecumênica está em lenta, progressiva e irreparável dilatação.

A única região de extrativismo vegetal que apresentou um crescimento demográfico entre 1950-1960 foi a do baixo Rio Negro, que atraiu população dos vales do Juruá, Purus, Madeira, alto e médio rio Negro. A proximidade de Manaus, a existência de sôrva, coquirana, balata, castanha-do-pará em concentrações apreciáveis, a exploração da madeira e o regime assalariado são os fatôres explicativos de tal fenômeno.

2) *Regiões tradicionalmente de predominância de extrativismo vegetal que se transformam em áreas de criação de gado*: no Acre, no Solimões, na bacia de Itacaiunas e no médio Araguaia. Esta transformação se opera por várias razões: a instabilidade dos preços dos produtos de extrativismo vegetal e da mão-de-obra, a

inviabilidade econômica, nos dias de hoje, de abastecimento do barracão para atender ao aviamento, a valorização crescente do gado. Outro fator favorável: os proprietários têm meios de abrir pastagens e adquirir gado raceado, porque têm acesso ao financiamento do Banco do Brasil e do BASA. Arrendam as estradas de "seringa", alugam parcelas de suas propriedades aos caboclos, que derrubam e destocam a mata, cultivam, durante 2 a 3 anos e, antes de devolver a terra ao proprietário, dão como pagamento o lançamento das sementes do pasto.

3) *Regiões de pecuária tradicional em crise* — no Rorãima, no Marajó, no Amapá. É uma pecuária extensiva que exige pouca mão-de-obra, mas mesmo assim constituem áreas de êxodo. Por outro lado, esta crise advém do isolamento e da fraqueza de capital dos proprietários que, apesar de fracas subvenções governamentais, não têm possibilidades de melhorar as pastagens, adquirir reprodutores, vacinar o gado. É o caso de Rorãima. Em outro caso, o sistema de pecuária extensiva e o tradicionalismo dos fazendeiros veda-lhes qualquer renovação. É o caso de Marajó!

4) *Regiões de predominância do extrativismo mineral* — no Amapá (o manganês, a cassiterita, a columbita), em Rondônia (cassiterita), no médio Tapajós (a garimpagem de ouro) em Rorãima (a garimpagem de ouro e de diamante). São áreas de baixa densidade demográfica e com problemas diferentes.

O Amapá é uma área de atração para o homem rural, pois o trabalho é assalariado e sob a proteção das leis trabalhistas; mas é um mercado saturado de mão-de-obra, e a população rural que para aí emigra acaba por ir engrossar a população marginal da cidade de Macapá.

Rondônia é também uma área de atração. A exploração da cassiterita é sasonal, como a da borracha, e não causou qualquer modificação na estrutura sócio-econômica da região. O garimpeiro de cassiterita é tão ou mais miserável que o seringueiro, porque é mais explorado. É tôda uma população flutuante que no verão extrai cassiterita e no inverno vegeta na miséria dos bairros periféricos de Pôrto Velho! Daí a importância da abertura da Brasília-Acre, dando possibilidades ao estabelecimento de parte desta população marginal .

Em Rorãima uma garimpagem primitiva de diamante e ouro não é suficiente para absorver a mão-de-obra, mesmo escassa como é!

5) *Áreas agropastoris*: são o médio vale do Amazonas e a região de Belém.

A primeira, denominamos *região Manaus-Santarém*, compreendida entre Manacapuru e Monte Alegre, com aproximadamente 10.500 km². Região tradicionalmente agropastoril, cercada por áreas de extrativismo vegetal, hoje se lança acentuadamente para a

criação de gado, apesar do inconveniente que ela apresenta pela necessidade da transferência do gado.

O que explica sua importância é uma gama de fatôres: a sua localização no eixo econômico regional, e existência de três importantes mercados — Belém, Manaus, Santarém —, daí a predominância da criação de gado. A agricultura ainda é insignificante — é a área por excelência do cultivo da juta (quer para fibra, quer para semente); nela se localizam as mais importantes colônias agrícolas de nordestinos — em Santarém, Alenquer, Monte Alegre e Janauacá; daí as mais altas densidades de população rural estarem em terra-firme e não nas várzeas, como comumente se afirma.

A nosso ver é a mais promissora das regiões da Amazônia. Nela se realiza a união das terras-firmes e das várzeas; ela possui solos férteis, mesmo no baixo planalto, devidos à decomposição de rochas basálticas; ela dá acesso às jazidas de calcário do Tapajós, de ferro do Uatumã e da maior jazida de sal-gema do Brasil. Ela tem possibilidade de se ligar ao sudeste brasileiro, através da planejada rodovia Santarém-Cuiabá.

Região de Belém

Quem primeiro a estudou e caracterizou foi Gourou. Entretanto, o geógrafo francês considerou como Região de Belém apenas a área a leste da capital paraense, ao norte do vale do Guamá (Salgado e Bragantina).

Para nós, a Região de Belém se constitui da ilha de Marajó, do baixo Tocantins e das áreas a este e a sudeste daquela cidade. Possui uma superfície aproximada de 184.809 km², ou seja 5,1% da área amazônica e 15% do território do Estado do Pará. Nela vivem, porém. 40% da população rural da Região Norte e 70% da do Pará.

Possui a melhor rêde rodoviária da Amazônia, dominada atualmente pela Belém-Brasília.

Nela existem áreas em depressão, cuja população rural não se dirige apenas para a capital do Estado, mas também para as frentes pioneiras da Pará-Maranhão e da Belém-Brasília, comandadas pela capital. As maiores densidades de população rural nela encontramos, atingindo em certas áreas mais de 30 hab/km² habitado.

É lógico prever as conseqüências de tais características. Basta para isto lembrar a participação da região de Belém na produção agrícola do Estado do Pará, em 1967:

Pimenta-do-reino	99,20%
Malva	94,88%
Mandioca	73,84%
Arroz	72,72%
Cana-de-açúcar	94,55%

Belém, com quase 600.000 habitantes, constitui-se assim o centro econômico da Amazônia, pelo seu papel de entreposto agrícola, de mercado de bovinos, pela sua praça comercial, pelo seu parque industrial que se organiza em nossos dias. Ela é o centro político-administrativo da Região Norte; seu centro cultural, através de sua universidade, seus organismos de pesquisas; ela goza de um papel não menos importante pelo seu equipamento sanitário. Domina a região como testa das comunicações rodoviárias, aéreas, marítimas e fluviais.

Se ela tem como anel suburbano a Região de Belém, sua região de drenagem é tôda a Amazônia Brasileira...

Eis por que, no estado atual, tentar uma regionalização funcional sôbre o conjunto da Região Norte é realizá-la sem qualquer conteúdo e querer que a região se enquadre em uma fórmula pré-estabelecida, sem levar em consideração a realidade regional lá existente. Buscando uma articulação do espaço em *áreas polarizadas,* podemos sustentar que ela o é, no sentido de que um caboclo que vive no Madeira, no Purus, no Juruá, depende de Belém para muitos produtos de seu abastecimento. Mas... esta dependência, esta polarização, não é menor que a que emana de São Paulo, de Nova Iorque ou de Londres, onde se verifica a cotação da borracha, da castanha-do-pará, da sôrva, da balata, da coquirana...

V — *Deve-se ocupar a Amazônia?*

Procuramos explicar as causas da ínfima participação da Amazônia na produção brasileira: o seu subpovoamento e as conseqüências que engendram tal característica.

Mas... problemas de subpovoamento significam também problemas de Segurança Nacional.

Deve-se, pois, ocupá-la!

Demonstramos que, se a Amazônia consegue, aos poucos, sair da depressão em que se viu mergulhada no período 1920-1940, é porque lentamente ela deixa de ser uma região extra-brasileira.

Fala-se constantemente que o Govêrno Brasileiro nada faz pela Amazônia. Tal conceito é repetido nos Cursos de Geografia Tropical nas Universidades estrangeiras.

Não é verdade.

Assim, o Govêrno Revolucionário de 1930 anunciara, em Manaus, que iria tomar medidas decisivas. Ninguém por lá acreditou muito. No entanto, o fato de, pela primeira vez, um presidente da República ter ido ao coração da Hiléia acendia um lume de tênue esperança.

A verdade é que a partir daí, houve uma série de medidas. Em 1942, verificou-se a incorporação, ao patrimônio brasileiro, da Amazon River Corporation; constituiu-se o SNAPP, hoje NASA.

Em 1943, criaram-se os territórios federais do Amapá, de Rio Branco (hoje Rorãima) e do Guaporé (atualmente Rondônia). Os três, nas fronteiras brasileiras, tinham por objetivo encorajar a

ocupação humana e valorizar estas áreas, a fim de criar verdadeiras fronteiras econômicas.

O Serviço Especial de Saúde Pública, hoje Fundação SESP, organizado pelos Estados Unidos durante a guerra, passou em seguida à Organização Nacional de Saúde Pública. Seu fim: melhoramento das condições sanitárias dos centros urbanos.

Instalou-se a Campanha de Erradicação da Malária, que tem por fim combater a mais expressiva das doenças endêmicas da Amazônia.

Criou-se, em Belém, um centro consagrado à pesquisa das doenças tropicais — o Instituto Evandro Chagas.

Fundou-se o Instituto Agronômico do Norte, hoje Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias da Amazônia (IPEAN) para a pesquisa da genética botânica, levantamentos dos solos, assistência à agricultura e à pecuária.

O Banco da Borracha ampliou-se e recebeu maiores atribuições — financiamento e animação da economia regional —, constituindo atualmente o BASA.

O Conselho Nacional de Pesquisas criou o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia.

A Constituinte de 1946 elaborou o artigo 199, da nova Constituição — 3% da renda nacional deveriam ser empregados na valorização da Amazônia. Esta decisão foi alargada pela lei 1806, promulgada a 6 de janeiro de 1953, lei que constituía a Amazônia legal e o órgão para dirigí-la, a SPVEA, hoje transformada em SUDAM.

Criou-se a lei de incentivos fiscais, no sentido de atrair capitais brasileiros para a região.

Abriram-se e abrem-se eixos rodoviários, que, como tantas vêzes afirmamos, têm por finalidade a integração da Amazônia no Brasil.

Procurou-se e procura-se fazer face às necessidades da Região Norte, durante tanto tempo abandonada a seu próprio destino, à sua miséria, a seus problemas.

Não é raro entretanto ouvir-se dizer que tôdas estas medidas foram e são inúteis, sem frutos, a não ser o da criação de um funcionalismo, marcado pela desonestidade e incompetência. Argumenta-se ainda que absolutamente nada se fêz senão solapar os financiamentos versados lá pelo país e que melhor teria sido aplicá-los em regiões desenvolvidas do Brasil.

O balanço que se realizou e que pode ainda ser feito com minúcias interdiz-nos de concluir de maneira tão pessimista.

Pode-se criticar a ação de certos órgãos. Jamais anulá-la, pois se os pessimistas tivessem razão não teríamos argumentos nem elementos para caracterizar o lento soerguimento regional a partir de 1940.

Pode-se achar tudo lento, irrisório... se não levarmos em consideração sua extensão territorial, seu subpovoamento.

Para qualquer Estado rico, a Amazônia é um Eldorado. As investidas que se têm realizado e que se realizam ainda hoje para ocupá-la, o demonstram claramente.

Para o Brasil, um país em desenvolvimento, onde os problemas estruturais de cada região têm repercussão nacional, a Amazônia é ainda um Inferno Verde.

Não o esqueçamos: A Amazônia é habitada por brasileiros — caboclos pobres, sub-alimentados, analfabetos, mas que ainda desejam ser integrados na grande comunidade brasileira.

A Amazônia deve ficar brasileira e para isto ser conquistada e valorizada pelo Brasil e para êle.

Deixemos de lado a opinião dos pessimistas e dos apátridas.

Os seringueiros do Acre, os juteiros das várzeas do Amazonas, os garimpeiros de cassiterita de Rondônia, os caboclos das franjas pioneiras da Belém-Brasília e da Brasília-Acre acreditam na Amazônia. Êles me ensinaram a sentir, entender e crer na Região.

Não diluamos com a nossa apatia ou com o comodismo o que vêm realizando na Amazônia os técnicos do IPEAN, os cientistas do Instituto Evandro Chagas, os funcionários da Campanha de Erradicação da Malária, os médicos da Fundação SESP, os componentes do 5.º e 6.º Batalhões de Engenharia e Construções do Exército, os aviadores da FAB e a Comissão Demarcadora de Limites.

Seria uma injustiça para tôda uma geração, que, sem alardes, sem "slogans", nos mostram dia a dia a maneira de ocupar e integrar a Amazônia no Brasil.

Êles que serão os responsáveis para que no amanhã não sejamos amaldiçoados por têrmos sido culpados pela desnacionalização da Amazônia.

GRANDE ORIENTE DO BRASIL

PODER CENTRAL, 30 DE JULHO DE 1968, E.:. V.:.

A GLÓRIA DO GRANDE ARQUITETO DO UNIVERSO

Irmãos Manauaras,
Irmãos Amazonenses,
Irmãos Amazônidas:

Nós, Moacyr Arbex Dinamarco, Grão-Mestre Geral do Grande Oriente do Brasil, vos enviamos, por intermédio do Poder. Irmão Justino Marcos da Silva, nosso Delegado nesse glorioso Estado, tríplices saudações e a afirmação da solidariedade do Grande Oriente do Brasil às providências e medidas adotadas pelo Govêrno da República orientadas no sentido da integração da Amazônia na convivência fraternal desta grande Pátria Brasileira.

Percorrendo as páginas gloriosas da História, vereis que jamais a Maçonaria estêve ausente dos grandes movimentos de defesa da nossa terra e da nossa gente, e, podemos mesmo dizer que a presença do Grande Oriente é uma constante nos momentos decisivos, quando a Pátria reclama a contribuição generosa dos seus filhos.

Sentimos convosco a angústia do isolamento a que fôstes relegados desde o declínio da época áurea da borracha, na segunda decada do século, e participamos da ansiedade sofrida por melhores dias e por um tratamento condigno e justo para quem, como vós, tanto contribuístes para a formação de estruturas hoje consolidadas e florescentes em outras regiões do País, êxito parcialmente obtido com a ajuda do amazonense que era o maior contribuinte, "per capita", do erário Federal.

Não é demais relembrar, agora, os lapidares conceitos do inesquecível Irmão nosso, o Mestre incomparável — Ruy Barbosa, quando na "Oração aos Moços" ensinava:

"A regra da igualdade não consiste senão em quinhoar desigualmente aos desiguais, na medida em que se desigualem". E acrescentava: "Tratar com desigualdade a iguais, ou a desiguais com igualdade, seria desigualdade flagrante, e não igualdade real".

Assim, deveis aceitar com dignidade e altivez os incentivos e auxílios, a que tendes direito e a que fizestes jus, concedidos pela União, pois não constituem distinções nem encerram preferências em favor de uns contra outros brasileiros, nem se trata de desuniforme tratamento em prejuízo da verdadeira igualdade entre as unidades da Federação.

Outra não pode nem deve ser na política interna a atitude das autoridades constituídas, uma vez que, no campo internacional, não cessamos de reclamar, na OEA e na ONU, em Punta del Este e em Nova Delhi, um tratamento mais justo e equitativo para as nações em vias de desenvolvimento, e, nós, mesmos, o concedemos na América Latina, através de listas especiais da ALALC, aos nossos Irmãos sul-americanos.

Por que não aplicar em casa aos irmãos amazonenses o que pregamos e pleiteamos no exterior?

Afirmamos, portanto, nosso apoio e nossa confiança no êxito das medidas adotadas pelo Govêrno da República, entre os quais se destaca, inicialmente, a Zona Franca de Manaus, que veio reacender as esperanças do povo da Capital do Estado, propiciando-lhe novas oportunidades de emprêgo, com facilidades no desenvolvimento das atividades econômicas em sua fase primeira de comercialização, e aguardamos, como medida complementar, para prevenir a migração interna e o conseqüente abandono das atividades agropecuárias e extrativas, a extensão daquelas franquias aos irmãos das populações do interior, no mínimo para os produtos essenciais à sobrevivência, sejam, alimentação, vestuário e os destinados à construção de habitações, mantida Manaus como centro distribuidor.

Bem sabemos ser a Zona Franca apenas uma dentre as inúmeras componentes do sistema de Fôrças aplicadas na tentativa de solução dos graves problemas que afligem a Amazônia, mas, igualmente, compreendemos que a sua permanência e irreversibilidade são de capital interêsse e valia para a motivação de todos os setores no encaminhamento do processo de integração visando à solução final.

Não nos devemos esquecer de que pior que a desesperança é o aceno com uma falsa esperança e de que a frustação dos anseios e ideais de progresso e desenvolvimento dos amazonenses pode conduzi-los ao desencanto e à desesperança em melhores dias para tão cobiçada região.

Por isso entendemos que não pode a Zona Franca ser apreciada como um fato isolado, mas examinada como inserido no contexto de providências com repercussão em problemas de maior grandeza, como a de três e meio milhões de quilômetros quadrados e com apenas 0,72 habitantes por quilômetro quadrado, em íntima relação com os magnos aspectos da Segurança e da Soberania Nacional.

Não ignoramos que a valorização da Amazônia há de processar-se sem a destruição ou o abalo dos fundamentos de estruturas

já assentadas em outras áreas desenvolvidas dêste país-continente, mas confiamos, na sabedoria, na prudência e no espírito de renúncia e de sacrifício dos que participam já dos benefícios do progresso tecnológico, e esperamos que compreendam os anseios e as necessidades dos irmãos da Amazônia, que se identificam, afinal, com o interêsse maior desta grande Nação.

Não podemos, Irmãos caríssimos, esquecer-nos da Amazônia, não fôra movidos pelo mais elementar sentimento de justiça e de solidariedade humana, ao menos pelo dever inarredável de resguardar tão valioso patrimônio herdado de nossos antepassados e que haveremos, assim Deus nos ajude, de transmitir intacto às gerações porvindouras, protegendo-o contra a cobiça internacional ávida de localizar nessa região os excedentes populacionais que a explosão demográfica certamente fará transbordar dos antigos continentes.

Não assumimos, assim procedendo, uma posição de indiferença diante dos problemas que afligem nossos irmãos de outras pátrias; antes, queremos oferecer-lhes, quando se apresentar a oportunidade,a amizade e a hospitalidade características da Civilização Brasileira, sem igual no mundo inteiro, onde não prosperam ódios e rancores e onde não existem preconceitos de raça, nacionalidade ou crença, para podermos, então, estender os laços fraternais que nos unem a todos os homens esparsos pela superfície da Terra.

Irmãos Manauaras,
Irmãos Amazonenses,
Irmãos Amazônidas:

Esta é uma mensagem de Fé, de Amor e de Esperança do Grande Oriente do Brasil que, em sua nova fase, estará presente e atuante onde quer se travem batalhas decisivas em prol da nossa Terra e da nossa gente.

Esqueçamos as possíveis divergências de natureza pessoal e unamo-nos em tôrno dos que estudam e trabalham pela prosperidade dêste povo generoso e bom, pela grandeza do Brasil.

O grande Oriente do Brasil não vos faltará com o seu estímulo, o seu apoio e o seu trabalho constante.

Confiai na ação da Maçonaria, que está alerta e vigilante, para trabalhar, como sempre o fêz, pelas grandes causas, pugnando sempre pelo aperfeiçoamento moral, intelectual e social da humanidade.

Com o nosso tríplice abraço mui

Fraternalmente,

MOACYR ARBEX DINAMARCO
Grão-Mestre Geral

OSMANE VIEIRA DE RESENDE
Grão-Mestre Geral Adjunto

MENSAGEM DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL

PODER CENTRAL, 25 de AGÔSTO DE 1968, E.: Ev.:

A GLÓRIA DO GRANDE ARQUITETO DO UNIVERSO

MENSAGEM

do SOBERANO GRÃO-MESTRE GERAL DA ORDEM, Ir.: MOACYR ARBEX DINAMARCO

aos EEm.: GRÃO-MESTRES ESTADUAIS E DELEGADOS, LOJAS E AAMAD.: IIr.: DA JURISDIÇÃO.

S.: F.: U.:

Sejam nossas primeiras palavras ao Povo Maçônico para reafirmar o fiel propósito de, conscientes dos pesados encargos peculiares ao honrado pôsto em que nos investiu, empenhar-nos a fundo em uma atuação objetiva e consentânea com as exigências da Realidade, no sentido de resguardar e alevantar os valores maiores da nossa Sublime Instituição para a defesa intransigente dos princípios universais de LIBERDADE, IGUALDADE E FRATERNIDADE, alicerçados no amor fraterno da nossa inquebrantável Cadeia de União.

Recordemos, em seguida, os têrmos da Mensagem aos Amazônidas, de 30 de julho próximo findo, na qual dizíamos:

> "Afirmamos, portanto, nosso apoio e nossa confiança no êxito das medidas adotadas pelo Govêrno da República, entre as quais se destaca, inicialmente, a Zona Franca de Manaus, que veio reacender as esperanças do povo da Capital do Estado, propiciando-lhe novas oportunidades de emprêgo, com facilidades no desenvolvimento das atividades econômicas em sua fase primeira de comercialização, e aguardamos, como medida complementar, para prevenir a migração interna e conseqüente abandono das atividades agropecuárias e extrativas, a extensão daquelas franquias aos irmãos das populações do interior, no mínimo para os produtos essenciais à sobrevivência, sejam, alimentação, vestuário e os destinados à construção de habitações, mantida Manaus como centro distribuidor".

E alegremo-nos com o atendimento, pelas autoridades governamentais responsáveis pelos destinos da nossa Pátria, ao apêlo e sugestão, formulados naquêle memorável documento, conforme disposto no Decreto-lei n.º 356, de 15 de agôsto em curso, já em vigor, mas dependendo de aprovação do Congresso Nacional.

Sabemos, porém, Irmãos Caríssimos, que não bastam o desejo, a deliberação, a norma escrita, sancionada e publicada; é mister dar-lhes execução, transformar o desejo em realidade, a vontade em ação, os bons propósitos em fatos, afim de que se não malogrem os planos resultantes dos estudos nos gabinetes devido à imprevidência na execução, ou que o excesso de confiança nos méritos da norma legal retarde o progresso, e a inconstância no trabalho conduza à estagnação.

Assim, para que saiam em obras os bons propósitos e as melhores intenções se concretizem, não só no particular ventilado nos parágrafos anteriores, como também em tudo o mais que diz respeito ao magno problema da AMAZÔNIA, e

CONSIDERANDO:

que a Humanidade atravessa momentos decisivos no limiar do Terceiro Milênio — o Milênio da Verdadeira Luz, o Milênio Maçônico;

que a nossa Sublime Instituição ocupa a posição de líder autêntica da Sociedade;

que o exercício dessa nobre liderança há que ser exercido no solo abençoado onde a Providência houve por bem nos colocar;

que nesse Estado — a Pátria Brasileira que tanto amamos — tem a Maçonaria inesquecíveis e grandiosos momentos de real, atuante, objetivo e decidido trabalho em prol da Liberdade, Ordem, Igualdade, Progresso e Fraternidade;

que a ociosidade e a omissão são considerados nocivas e até mesmo atentórias aos sãos princípios que a nossa Sublime Ordem preceitua e defende;

que graves e solenes deveres se impõem a todos os que nasceram neste solo amado, ou que adotaram como Pátria, por eleição, nêle depositando suas esperanças por dias mais tranqüilos, felizes e prósperos;

que a herança dêsse Patrimônio inigualável deve ser integralmente transmitida aos pósteros, enriquecida e próspera pelo trabalho dos seus filhos;

que o imenso território dêste País-Continente deve ser mantido uno e indiviso;

que muito nos preocupa o desproporcionado interêsse internacional pela exploração dos recursos existentes no dadivoso solo da AMAZÔNIA, bastando relembrar o "Bolivian Syndicate", o "Instituto Internacional da Hiléia Amazônica" e o "Instituto Hudson", e

que, no momento, em especial, nos parece, é chegada a Hora da Amazônia, e para ela estão voltadas as vistas do Mundo,

RECOMENDAMOS AO POVO MAÇÔNICO

através dos EEm.: Grão-Mestres Estaduais, Delegados nos Orientes Estaduais, Lojas, Triângulos e a todos os Amados Irmãos da Obediência,

1.º) meditem e estudem sôbre o ponto em exame, para fortalecer o entendimento e enrijecer a vontade, no sentido de preservar o inestimável patrimônio material e cultural que a Amazônia representa na estrutura da nacionalidade brasileira;

2.º) cooperem com as autoridades governamentais em tôdas as esferas — federal, estadual e municipal — prestando-lhes, com humildade e disciplina, todo o apoio, a fim de que, com determinação e firmeza, com perseverança e constância, sem desfalecimentos, possam ser alcançados os objetivos colimados;

3.º) organizem, em Loja e em seus pronunciamentos como cidadãos, no mundo profano, a criação e o fortalecimento de uma mentalidade voltada para a conservação e a integridade da unidade do território nacional e para a defesa da nossa SOBERANIA;

4.º) promovam, os que dispõem de recursos materiais, diretamente, por meio de investimentos pessoais, ou indiretamente, através dos incentivos existentes na legislação tributária, a canalização de metais destinados ao financiamento das iniciativas de natureza industrial, com vistas a estabelecer naquela região uma economia auto-sustentada;

5.º) empreendam, industriais e comerciantes, mesmo com sacrifício de parte dos seus lucros, a conquista dos mercados consumidores da Amazônia, a fim de que não se rompam os laços de dependência com a economia nacional e se fortaleça a coesão econômica, meio indispensável para se atingir o fim principal, que é a integração política;

6.º) prestem os IIr.: Rádio-Amadores, em contatos freqüentes com os que habitam naquela região, tôda a assistência e cooperação às comunicações entre os cidadãos e as autoridades, até que se implante o sistema de Telecomunicações programado pelo Govêrno da República;

7.º) cumpram todos os IIr.:, Amazônidas ou não, o dever de auxiliar as autoridades fiscais e militares na prevenção e na repressão às fraudes que, porventura, ocorrerem na internação de mercadorias estrangeiras, em território aduaneiro ou na circulação nas áreas da Amazônia Ocidental, a fim de que não se alegue o desvirtuamento de tão importante medida, e, sob pressão internacional, se pretenda executar com a Zona Franca de Manaus o que aconteceu com a Zona Franca de Cobija, na Bolívia, e que culminou com a sua extinção.

Invocando o auxílio do GRANDE ARQUITETO DO UNIVERSO, para que ilumine e guarde todos os que trabalham pelo bem

do Brasil e da Humanidade, e inspirados no exemplo do Ir.: LUIZ ALVES DE LIMA E SILVA, — grande Maçon e Patrono do Exército Brasileiro, cujo nascimento a Nação reverente hoje comemora, enviamos aos AAmad.: IIr.:, com a segurança do nosso apoio, e estímulo, na luta constante pela felicidade de todos os brasileiros, as saudações fraternais do GRANDE ORIENTE DO BRASIL.

Dado no Gabinete do Grão-Mestrado Geral, ao Or.: do Poder Central, aos 25 dias do mês de agôsto do ano de 1968, E.: V.:

Moacyr Arbex Dinamarco
Grão-Mestre-Geral

O CÓDIGO DE MINAS E A DEFESA NACIONAL

(A propósito da preservação dos recursos da Amazônia)

Climério Rodrigues do Nascimento *

Cumprindo a honrosa incumbência que nos foi conferida pela C.N.D.D.A. — estudar e propor as modificações necessárias ao Decreto-lei n.º 227, de 28 de fevereiro de 1967, com as alterações do Decreto-lei n.º 318, de 14 de março do mesmo ano, apresentamos, a título de subsídio para a elaboração de um nôvo Código de Minas, a ser enviado por essa ilustre Comissão ao Congresso Nacional, a redação de regras de direito positivo, destinadas àquele fim, e a sua correspondente justificativa. Procuramos fixar, na letra, idéias e normas fundamentais, que deverão orientar os dispositivos. É, de certo modo, uma volta ao passado. Ao mesmo tempo, vem a ser nossa humilde contribuição aos esforços para que se dê corpo e vida, em cânones legais, ao pensamento e ao sentimento nacionalistas de ilustres compatriotas coevos e do passado. Mas, isto não significa que se possa negar o grande valor do Código de Minas vigorante, sob vários pontos de vista, o qual revela a notável competência dos seus autores, merecendo, por isso, ser mantido, sob muitos aspectos, tanto que também nos serviu de orientação.

JUSTIFICATIVA

Os acontecimentos internacionais de caráter político e econômico que se sucederam após a última Grande Guerra, especialmente os que se relacionam com a nossa defesa e as nossas riquezas minerais, impõem-nos a revisão do estatuto legal das minas, não obstante o início de sua vigência ter sido assaz recente.

Deve-se assinalar, de antemão, que, desde o alvorecer da República, com a reforma da Constituição de 1891, art. 72, alínea 2.ª, vem-se realizando entre nós a nacionalização progressiva das minas, quedas d'água e outras fontes de energia, com vistas à defesa militar e econômica do País. Assim, era tradicional, na legislação brasileira sôbre minérios, um postulado, entre os demais,

* Procurador da Justiça, aposentado.
Natural do Estado do Amazonas.
Exerceu a Magistratura no Ceará e na Paraíba.
Promotor no Estado do Rio, por Concurso.

que a tornava restritiva em favor das conveniências nacionais: vedava-se aos estrangeiros e a pessoas jurídicas estrangeiras e com subsidiárias no Brasil a concessão para explorar o subsolo. A sua evidência foi marcada pela Carta de 1937, em conjugação com o Código de Minas, promulgado pelo Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940.

É mister salientar o traço fundamental da diferença entre o atual Código de Minas e o constante do Decreto-lei n.º 1.985. Neste, em harmonia com o mencionado diploma constitucional, o dito postulado revitalizou-se, em virtude, sem dúvida, dos fatos da segunda Guerra Mundial, sob cujo signo nasceu, e a sua veemente tônica foi o nacionalismo, sôbre o qual se firmaram os seus artigos. Ali se declarava que sòmente aos brasileiros se fariam autorizações para pesquisa e concessões para explorar o subsolo e que as sociedades de mineração deviam provar a nacionalidade brasileira de todos os acionistas, ao solicitarem registro.

Esqueceram-se os responsáveis pela Constituição de 1967 e pelo Código de Minas, — êste conseqüência daquela, — das advertências dos homens de negócios, diplomatas, políticos e estadistas da mais poderosa nação do mundo ocidental, desde os primeiros dias de sua independência, sôbre os perigos das concessões; olvidaram, outrossim, as advertências dos economistas, historiadores, políticos, estadistas, etc., baseadas nas lições históricas, a propósito das intrigas diplomáticas urdidas em tôrno das regiões providas com abundância de substâncias minerais, principalmente o petróleo, e dos nefastos efeitos de sua posse pelo estrangeiro, no território de uma nação.

Parece-nos que essa radical mudança de critério não tem justa procedência, frente aos ensinamentos que as ocorrências entre os países nos oferecem, particularmente as que nos afetam. Sem embargo dos horrores da última Grande Guerra e das promessas com que nos acenaram as conferências dos dirigentes mundiais, os povos e seus governantes, êstes com muito maior responsabilidade do que os primeiros, até hoje não provaram haver modificado bastante a mentalidade que antecedeu àquela catástrofe. Por isso, entendemos que incorreu em êrro de visão política a douta comissão de técnicos e juristas incumbida de organizar a lei ordinária das minas. A despeito da sêde de ambições e de hegemonia jamais se haverem deixado de mostrar a miúde nas relações internacionais, ora através de acôrdos e tratados, em que uma das partes torna obrigatórias subreptìciamente as suas exigências, ora por meio de agressões, sob diversos pretextos, faltou, *data vênia*, aos autores do referido Código, o devido senso crítico em face da realidade internacional e, em particular, sôbre as funções e as conseqüências que têm representado na vida das nações as riquezas do subsolo.

Deixemos de lado, não que seja menos importante, a influência extraordinária e magnífica que a utilização dos minerais tem exercido no confôrto da civilização, na ciência, na indústria, na

segurança, nas artes, enfim, em todo os domínios da atividade humana.

Doutrinas como a do *espaço vital,* as intervenções armadas sob falsas razões políticas e ideológicas, as disputas diplomáticas, mais sob as aparências do fundamento histórico. em tôrno de áreas geográficas; os projetos e realizações de grandes vias de ligação internacional, por terra ou por água, a sorte da guerra dependendo sobretudo da posse e do emprêgo dos minérios etc., tudo isso procura ocultar e ao mesmo tempo nos revela a magnitude do problema das minas, talvez tão grave como a do petróleo.

Não tenhamos ilusões, quanto à época dos nossos dias e a um longo caminho a percorrer, sôbre o grau de bondade da maioria da espécie humana e a profundeza do sentimento de respeito e de solidariedade das nações entre si. A ambição de certos povos e o orgulho nacional, exarcebados pela aristocracia do capital e pelos aventureiros da glória e do poder, estarão ainda séculos à cata de motivos e formas para o domínio territorial, em busca das reservas minerais que a natureza encerra nas suas entranhas, quando não à procura de outros elementos de riqueza e bem-estar. Convém relembrar a maneira pacífica e insidiosa com que, quase sempre, essa conquista é realizada: absorção da imprensa, predominância de capitais, monopólio de indústrias básicas, contrôle das jazidas mineralíferas etc. Em seguida, os meios dissuasórios contra o que restar de autonomia e resistência e, afinal, o assalto pela fôrça. É a História que o afirma e demonstra.

Pôsto isso, impende-nos confessar que o primeiro dos artigos propostos se inspirou no projeto de Emenda Constitucional Gabriel Passos; a maior parte dos restantes no texto do Decreto-lei n.º... 1.985, outros, encontraram a sua fonte no Decreto-lei n.º 2227. Reiterando o que foi dito no preâmbulo, tentamos reeditar, com leves alterações, apenas o que consideramos essencial no primeiro dos aludidos diplomas legislativos, capaz de resguardar os interêsses da economia e da defesa nacional, ali sàbiamente consultados; de outro lado, aproveitamos do segundo os valiosos elementos de que dispõe, à altura da ciência e da tecnologia modernas e das nossas necessidades.

Não temos, é claro, a veleidade de pretender que a redação dos artigos, tal como aqui se mostra, se incorpore a um código de minas a elaborar; a nossa aspiração é que se mantenha o mesmo espírito que o informa e o fim que se colima.

Torna-se desnecessário indicar os capítulos em que se devem enquadrar as normas sugeridas, caso mereça acolhimento esta despretensiosa colaboração. As razões são óbvias. A alta competência dos que serão responsáveis pelo futuro código de minas o fará.

Lembraríamos com especial cuidado o exame e reformulação dos artigos 37 § único, 79 e § 1.º e 80 e § 1.º do Decreto-lei n.º 227, no que contrariam o sentido da presente justificação.

Art. — A propriedade do subsolo com as suas jazidas, minas e demais substâncias minerais e os potenciais de energia hidráulica pertence à União. A sua exploração ou aproveitamento industrial será feito de conformidade com êste Código.

Art. — O aproveitamento das jazidas depende de alvará de autorização de pesquisa, mediante ato do Ministro das Minas e Energia, e a concessão de lavra será outorgada por decreto do Presidente da República. A garimpagem, a faiscação e a cata dependem de permissão do govêrno da União, na forma desta lei.

Art. — Êsses atos serão conferidos, e exclusivamente, a brasileiro nato ou a sociedade organizada no País como emprêsa de mineração, dirigida sòmente por brasileiros natos, constituída a maioria dos seus sócios ou acionistas por brasileiros natos e naturalizados, se forem êstes casados com brasileiras, ou que tenham filho brasileiro, que representem, no mínimo, 70% do capital em ações nominativas.

§ — Essa condição do capital também se impõe à sociedade formada de apenas dois sócios, um dos quais deverá ser brasileiro nato, ou naturalizado e casado com brasileira ou que tenha filho brasileiro; no caso de transmissão *inter-vivos* ou *causa-mortis*, sòmente a brasileiro nato é permitida a sucessão.

§ — A falta de herdeiro ou legatário brasileiro nato, ou naturalizado e nas condições do parágrafo anterior, o espólio promoverá, judicial ou extrajudicialmente, a transferência do título social a terceiro que tenha essas qualidades.

Art. — Será válida a cessão dos direitos de pesquisa e de lavra a pessoa natural ou jurídica a quem não falte capacidade legal para êste fim, na forma desta lei.

§ — As cessões e transferências sòmente se efetuarão mediante a apresentação, às sociedades, pelos respectivos cessionários, da prova de nacionalidade brasileira ou de naturalizados que gozem das condições previstas neste Código. A emprêsa que infringir estas disposições perderá todo e qualquer direito a autorizações e concessões que lhe houverem sido feitas.

Art. — A autorização de pesquisa será outorgada de modo expresso pelo Ministro das Minas e Energia, segundo as exigências adiante enumeradas, em processo regularmente examinado e informado pelo D.N.P.M.

§ — Não excederão de cinco as autorizações a cada pessoa natural ou jurídica para pesquisar jazidas da mesma classe.

§ — Os trabalhos necessários à pesquisa serão executados sob a responsabilidade profissional de engenheiro de minas ou de geólogo habilitado ao exercício da profissão, brasileiro nato.

Art. — O número de concessões de lavra outorgadas a uma emprêsa se limitará a cinco.

Art. — A concessão para explorar jazida não terá prazo maior de trinta (30) anos.

Art. — Não se permitem novas autorizações de pesquisas e concessões de lavra às emprêsas estrangeiras e com subsidiárias no Brasil, cujo prazo expirará com o início da vigência da presente lei.

As alterações aventadas em relação ao Código de Minas pressupõem a reforma do artigo 161 e respectivo § 1.º, da Constituiçao vigente, a fim de que se previnam os sofismas e burlas contra a lei e os interêsses nacionais, conforme sucedeu ao artigo 6.º do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940, revogado. É de lembrar, mui justamente, o caso do grupo HANNA e os patrióticos esforços do saudoso Gabriel Passos e do seu ilustre filho Celso Passos no afã de obterem aprovação a emendas constitucionais que resguardassem, fora de qualquer dúvida, as matérias-primas do subsolo pátrio.

Se não houvesse a falta de patriotismo de maus brasileiros, a possibilidade de engano, e de boa fé nos julgamentos de valor nos atos de Govêrno, e até de fraude ao lídimo significado dos textos legais, pela falácia em geral e as alicantinas jurídicas, não seria necessário tentar modificar a Constituição de 1946 nem o ante-projeto da atual, no tocante à matéria em questão, como o fizeram aquêles honrados parlamentares. Sôbre êste ponto, temos apoio no que expenderam, *verbi gratia*, Pontes de Miranda em "Comentários à Constituição de 1946", 3.ª edição, Tomo V, págs. 521-525; Temístocles Cavalcanti em "A Constituição Federal Comentada", de 1946, 3.ª edição, vol. 3.º, págs. 337 a 344, e os citados repesentantes da Nação, além de outros, perante o Congresso Nacional (ver, por exemplo, o Diário do Congresso Nacional, de 17-12-1966, página 1.125). A Emenda Constitucional 14-A, de 1961, da autoria de Gabriel Passos, renovada por Celso Passos, foi subscrita por noventa deputados e obteve parecer favorável e unânime da Comissão Especial. Tinha por objetivo alterar o artigo 152 e o § 1.º do artigo 153 da Constituição de 1946, bem como o ante-projeto do artigo 161 e § 1.º e artigo 162 da Carta de 1967.

Novos estudos e reflexões nos trouxeram a convicção de que, tendo em vista a atual Lei Maior e a conjuntura nacional, será de bom alvitre não cogitar-se da reforma da lei ordinária ou de detalhes de código, antes de atacarmos e destruírmos a cidadela do assunto em foco. Há riscos em transferir o detalhe da questão principal para as secundárias. É de prevenir a todo custo a transigência com os monopólios, não se permitindo a sua presença nas sociedades dedicadas à exploração dos produtos do subsolo, ainda que de forma minoritária, porquanto os fatos nos ensinam que a participação só por si é capaz de conduzir a sociedade para os fins daquela minoria, por meio da corrupção ou da pressão sôbre a maioria.

É mister, antes de tudo, se promova uma campanha de esclarecimento e civismo para o povo, os congressistas e as Fôrças Armadas, a fim de que saibam a verdade e impeçam envolvimentos e conseqüências nefastas.

Em suma, o objetivo fundamental é cortar o mal pela raiz, e isto pode ser alcançado pelo restabelecimento do preceito da Constituição de 1937, artigo 143, ou com a introdução da Emenda Gabriel Passos, na matéria.

Rio, 2 de janeiro de 1968

REFLEXÕES SÔBRE A AMAZÔNIA

Osório da Rocha Diniz *

1 — A Amazônia, de longa data, tem sido visitada por cientistas, chantagistas, militares e sábios; tem sido espionada, fotografada, filmada, estudada e cobiçada por Imperialismos e interêsses diversos e que se ocultam sob os mais variados pretextos e disfarces.

2 — Não existe no Mundo área fértil, irrigada, vasta e pouco habitada como a Amazônia, que pode ser colonizada com excedentes populacionais de vários países ou com refugiados e populações ditas indesejáveis de várias raças, origens e credos.

3 — A Amazônia é a maior reserva de florestas latifoliadas do Mundo e nesta Era dos Plásticos, dos pré-moldados e dos compensados e de crescente escassez de madeira, ela constitui um imenso acêrvo para o Brasil e o Mundo.

4 — As riquezas do subsolo da Amazônia, o manganês, o minério de ferro, o petróleo, o níquel, o sal-gema, o ouro, o linhito, o carvão, os diamantes, a cassiterita, o chumbo, a bauxita e os minerais atômicos e estratégicos, já despertam a atenção das grandes potências e dos seus consórcios e monopólios internacionais.

5 — Desde a segunda Guerra Mundial ficou sobejamente provado que a Amazônia é saudável, habitável, saneável; que os elementos brancos podem para lá ser encaminhados e que pode suportar, conforme relatório da ONU, densas populações, com índices mínimos de mortalidade e grande longevidade.

6 — No panorama geral da Amazônia, é a Amazônia Brasileira a maior área, a menos povoada e a mais exposta a incursões de bandoleiros, malfeitores e contrabandistas.

7 — Os países amazônicos, nossos vizinhos, constroem rodovias estratégicas na área; encaminham para as suas "Amazônias" correntes imigratórias e fazem concessões a organizações internacionais, para a exploração de suas riquezas do solo e do subsolo.

8 — Alguns problemas sociais, políticos, econômicos e culturais difíceis existentes em países nossos vizinhos fronteiriços, cada dia mais se agravam e se aproximam das fronteiras da Amazônia Brasileira.

9 — O encaminhamento de uma forte corrente de imigrantes, devidamente escolhidos, assistidos e organizados, de outras partes

* Economista. Professor universitário.

do País, e mesmo do exterior, para a Amazônia, é problema urgente para a segurança do Brasil.

10 — As rodovias Brasília-Acre, Brasília-Belém, Brasília-Fortaleza, seus ramais em Goiás e para o Maranhão e o Piauí e outras rodovias programadas para a Amazônia, precisam ser concluídas, com urgência, colonizadas racionalmente suas margens e os vales de vários rios amazônicos, em pontos devidamente escolhidos de modo objetivo, técnico e racional.

11 — Muitas obras e empreendimentos programados, anunciados ou em curso para diversas áreas da faixa litorânea, para a região sul e Leste do País deviam ser submetidos a rigorosos critérios de prioridade e de escolha em benefício da ocupação imediata, e em maior escala, da Amazônia, do Brasil Centro-Oeste e, especialmente, em derredor de Brasília, Anápolis e Goiânia.

12 — A defesa da Amazônia precisa ser fortalecida, não só com o encaminhamento para lá de maiores contingentes humanos, como pela criação de colônias mistas, com elementos civis e militares, localizadas em pontos devidamente escolhidos.

13 — Quando os geopolíticos, "cientistas" e estrategistas do Instituto Hudson têm as suas vistas voltadas para a Amazônia, e fazem planos, à revelia do Govêrno, para a Amazônia, torna-se evidente a necessidade urgente do seu desenvolvimento e defesa, de nossa parte.

14 — A propaganda que está sendo feita, oficialmente, por alguns governos, em tôrno da chamada "explosão demográfica e do problema alimentar do Mundo, deve servir-nos de oportuna advertência para que cuidemos, da Amazônia e de sua defesa, com maior carinho e atenção.

À MARGEM

Rui Rocha *

Volta a ocupar espaço, nos jornais, a preocupar economistas, chefes militares e administradores, o problema da Amazônia. Dizemos problema, porque tudo indica que a Amazônia continua sendo um problema brasileiro, embora para os que a olham com olhos compridos, lá de fora, idealizando lagos, portos, minas, aeroportos e outras bossas; para êstes a Amazônia é antes de qualquer outra coisa uma grande oportunidade comercial e política.

Acontece que até no Govêrno do marechal Castelo Branco jamais se cogitou de uma solução qualquer, um plano qualquer, que permitisse desenvolver econômicamente a Amazônia. Falar da Amazônia era o mesmo que falar em uma imensa reserva florestal, onde havia um rio imenso, e mais nada. Que a população da Amazônia vivesse exposta à mais completa miséria e ao abandono, também isto não emocionava nem motivava ninguém.

Foi nessas alturas dos acontecimentos que a imprensa mundial começou a falar de um imenso vazio territorial, o maior do mundo, que deveria ser ocupado sob a supervisão de um organismo internacional, para solucionar os problemas da fome e do excesso de população de outras áreas. Coincidiam com esta angulação do problema as notícias sôbre descoberta de imensas reservas de minérios e de petróleo na Amazônia. A opinião pública levantou-se. Homens como Arthur Cezar Ferreira Reis e o atual ministro do Trabalho muito contribuiram para mobilizar a atenção dos brasileiros contra a cobiça internacional empenhada em tomar a Amazônia dos brasileiros. E venceu a tese de que nós, os brasileiros, teríamos de ocupar a Amazônia antes que ela fôsse ocupada por estrangeiros. O ex-ministro do Interior, general Albuquerque Lima, encarregou-se de popularizar, vulgarizar esta tese.

Da conjugação dos esforços da indústria e dos homens que no Govêrno acreditavam, na época, no resultado positivo da mobilização de esforços, para ocupar e integrar a Amazônia no processo econômico brasileiro, disso surgiram a Superintendência do Desenvolvimento da Região, e a Zona Franca de Manaus.

Tudo foi feito com o propósito de provocar, estimular, mobilizar, enfim, recursos para a instalação de um parque industrial

* Jornalista.

na Amazônia. Passados quatro anos, em que resultou todo o esfôrço feito?

Temos ouvido, não poucas vêzes, que a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia nada tem resolvido. Que a Zona Franca de Manaus em nada resultou. Não estamos, daqui, defendendo esta tese. Os que defendem dizem que a solução apontada, e adotada pelo Govêrno, a nada levará. Que esta solução, de caráter apenas financeiro, sem sua complementação com iniciativas de outros tipos, como a educacional, de profundidade, de nada adianta. Por isto mesmo há quem diga que a Zona Franca de Manaus tem servido apenas para importação, com isenção de impostos, de bugigangas e artigos supérfluos dos mercados externos, e que a prova disto é que até hoje nenhuma indústria se instalou na Amazônia, aproveitando a importação de equipamentos pela Zona Franca. Neste sentido, acaba de ser exposta aos estagiários da Escola Superior de Guerra (os jornais noticiaram) um estudo minucioso e uma análise objetiva da situação da Amazônia, focalizando exatamente êste aspecto da questão. Diz o expositor, um técnico amazonense, que enquanto não se organizar a Universidade do Norte, ou Universidade da Amazônia, que cuide de criar técnicos regionais, motivados e formados em função da economia daquela região, e preparados para viver naquelas condições, lutando para modificá-las, de nada adiantarão os programas inventados até agora.

O problema, sem dúvida, em todo o seu contexto, com tôdas as suas nuanças, virá a debate. E quanto antes melhor. Já temos idade, já está em tempo, de incluirmos a Amazônia no conjunto da vida brasileira. Por enquanto, apesar da reação e da vontade de que isto não seja verdade, com efeito, a Amazônia, e tôda sua população, vivem à margem do Brasil.

(Publicado no *Correio da Manhã*, de 23 de maio de 1969)

A RECONQUISTA DA AMAZÔNIA,

UM DESAFIO AOS BRASILEIROS

Madalena Brasil *

Hoje, a Amazônia Brasileira constitui um assunto palpitante. Muitos falam dela com temor, pensando em como defendê-la da cobiça do imperialismo estrangeiro aliado a brasileiros impatriotas. Afinal de contas, são 60% do território nacional que estão em jôgo. Nesta região se concentra grande parte da riqueza nacional: manganês (40 milhões de toneladas, só no Amapá), petróleo, bauxita, linhito, carvão de pedra, sal-gema, madeiras, borracha, oleoaginosas, etc.)

Vozes patriotas se erguem, apesar de seu eco não ir muito longe. É preciso que a opinião pública nacional se mantenha esclarecida e alerta. Cumpre mobilizá-la, para que, a tempo, ainda possamos fazer alguma coisa, antes que nosso território seja efetivamente dividido, e nossa soberania alienada.

Neste momento, a omissão, o silêncio dos homens conscientes desta Nação serão terrìvelmente censurados pela História, e pelas gerações que virão depois de nós.

A Cobiça é Antiga

Desde 1919, logo após a Primeira Guerra Mundial, na Conferência de Paz de Genebra, o presidente Woodrow Wilson ,dos EUA, propõe a Epitácio Pessoa a internacionalização da Amazônia.

Mas, apenas em 1928 é que os "trusts" americanos recebem várias concessões de áreas enormes, para a pesquisa do petróleo. Essas concessões foram canceladas com a Revolução de 1930.

Ao findar a Segunda Guerra Mundial, o governador do Amapá contrata os serviços da "Hanna Exploration Co.," para pesquisar as riquezas minerais daquela região.

A Patriótica Luta de Bernardes

Em 1948, a internacionalização é autorizada através do Ministério das Relações Exteriores, e uma mensagem é enviada ao Congresso Nacional, pelo então presidente Eurico Dutra.

---

* Jornalista.

A Comissão de Segurança da Câmara, sob a orientação do ex-presidente Artur Bernardes, solicita um parecer do Estado Maior das Fôrças Armadas, que, em 1950, aprova o Instituto, com restrições.

Artur Bernardes passa a combater o convênio para a criação do Instituto da Hiléia Amazônica, como inconstitucional. A Câmara, o Instituto Brasileiro de Geopolítica são mobilizados; elementos expressivos das Fôrças Armadas se pronunciam desfavoráveis ao convênio. E, em 1951, discursando sôbre o tratado, no Clube Militar, Bernardes consegue colocar por terra o projeto de internacionalização da Amazônia.

Os anos se passaram, e o país assistiu à batalha nacionalista do Petróleo, que ficou como símbolo da emancipação econômica do Brasil. A luta contra a Hanna também serviu para ativar o sentimento de nacionalidade do povo brasileiro.

O Triste Processo de Entrega

A partir de 1964, o panorama nacional sofreu modificações de natureza notadamente entreguista. O govêrno Castelo Branco firmou uma garantia de investimentos contra revoluções, desapropriações, conversibilidade de capitais, e outros riscos comerciais comuns numa instável e crescente economia.

Levas de americanos aportaram na Amazônia, com programas de contrôle da natalidade, num processo antinatural de esterilização de nossas mulheres. Essa é uma das missões dos Voluntários da Paz, e de "pastores" evangélicos.

Exploração por cartel norte-americano (a Bethlehem Steel Co.) da pirolusita e do manganês do Amapá, e da cassiterita de Rondônia. Recentemente, foram descobertas, no Pará, jazidas de minério de ferro consideradas mais ricas do que as localizadas no quadrilátero ferrífero de Minas Gerais. Essas jazidas serão exploradas pela United States Steel Corporation, associada ao govêrno.

O Brasil é a Terra Prometida

A partir de 1967, as pesquisas do Instituto Hudson, cujo presidente, o cientista americano Herman Kahn, defende a tese de que a *Amazônia é ponto central estratégico, para uma alternativa no caso de uma guerra nuclear explodir*. Êste Instituto tem um projeto de construção de grandes lagos na América do Sul, o que constitui mais uma investida imperialista dirigida pelo Pentágono, com o objetivo de se apossarem das riquezas dessa região.

Além do Instituto Hudson, o professor Artur César Reis (um dos mobilizadores da campanha de defesa da Amazônia), aponta outros organismos que se preocupam com o "desenvolvimento da região": a Academia de Ciências de Washington, o Serviço Flo-

restal dos EUA, o Laboratório de Produtos Florestais de Madison e o Centro do Trópico Úmido.

No ano passado, o escândalo das vendas de terras motivou a criação de uma CPI — Comissão Parlamentar de Inquérito — da Câmara Federal para averiguações. Sòmente um certo sr. Stanley Seling é dono de 650 mil hectares de terras em Goiás, e mantém, nos EUA, um escritório de corretagem de terras brasileiras. Seus prospectos anunciam, no Brasil, a Terra Prometida e o Paraíso.

A defesa da Amazônia, pelo que significa para a segurança nacional, pode mobilizar a opinião dêste país, até com muito maior vigor do que no caso do monopólio estatal do petróleo. Basta que haja uma corajosa mobilização e conscientização das massas populares, e de todos os setores interessados na formação de um Brasil brasileiro. Urge a divulgação dêste grande roubo.

É necessário que as consciências livres desta Nação não fiquem inativas. Um grande desafio é lançado aos brasileiro livres: — *Readquirir a Amazônia ou perder o Brasil!*

(Publicado na Revista católica "REINO de Deus no Mundo dos Homens", Ano XIII, n.º 4, de Maio de 1969, Belo Horizonte)

"PROBLEMÁTICA DA AMAZÔNIA"

Para quem acompanhou a tentativa do Hudson Intitute de impor a criação de um lago artificial na Amazônia — um dos problemas mais sérios já enfrentados pelo Itamarati no atual Govêrno —, aconselho a leitura dos estudos que o geógrafo Orlando Valverde, o ex-ministro do Interior, Afonso de Albuquerque Lima e o ex-governador Arthur Cesar Ferreira Reis acabam de publicar no livro *Problemática da Amazônia*. Lançamento comemorativo do 40.º aniversário da Casa do Estudante do Brasil, o livro inclui, ao todo, trabalhos de 14 autores, entre os quais se encontram, também, o embaixador Mauri Gurgel Valente, o general Lauro Alves Pinto e o escritor Leandro Tocantins. O sr. Orlando Valverde, por exemplo, constatou, durante uma de suas temporadas de pesquisas na Amazônia, que muitos indígenas da região já estão sendo *civilizados* diretamente em inglês — o que constitui, no mínimo, uma ameaça à nossa segurança nacional.

("Correio da Manhã", 1-8-69, 1.º Caderno, página 14).

Composto e impresso nas oficinas da
GRÁFICA EDITÔRA ITAMBÉ S. A.
Rua Leandro Martins, 72 — Rio-GB

CAPA – BICO DE PENA DE PERCY LAU

C N D D A

Comissão Nacional de Defesa e
pelo Desenvolvimento da
Amazônia

AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

Comunicado

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas e da região Norte. O uso deste documento é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais – Lei n. 9.610/98.

Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõe a rede de Bibliotecas Públicas do Estado do Amazonas.

Contato

E-mail : acervodigitalsec@gmail.com

Av. Sete de Setembro, 1546 - Centro
69005.141 Manaus - Amazonas - Brasil
Tel.: 55 (92) 3131-2450
www.cultura.am.gov.br

Secretaria de Cultura